

Governo entra em 1989 impedido de realizar qualquer tipo de gasto

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O governo inicia 1989 cumprindo à risca a nova meta de zerar o déficit público e não gastar um centavo além do que arrecadar. Na verdade, pelo menos nos dois primeiros dias do ano a União não gastará absolutamente nada, já que o Tesouro Nacional está legalmente impedido de emitir qualquer ordem bancária (OB), eletrônica ou manual, autorizando pagamentos ou transferências, pelo menos até esta terça-feira, dia 3.

Essa austeridade ainda não decorre do pacote de verão, mas apenas da situação criada pela ausência de um Orçamento Geral da União sancionado pelo presidente José Sarney, deixando um vazio jurídico que só será preenchido quando o Diário Oficial publicar — provavelmente na terça ou quarta-feira — a mensagem presidencial vetando parcialmente e sancionando o restante do projeto de lei orçamentária encaminhado na última quinta-feira ao Executivo, em nova versão.

Qualquer liberação de verba, pagamento ou transferência assinada pelo secretário do Tesouro Nacional, Luís Antônio Gonçalves, antes da publicação do ato presidencial, representará um ato ilícito, na opinião de assessores do ministro João Batista de Abreu, da Secretaria do Planejamento (Seplan). Na sexta-feira, o ministro passou a última tarde útil do ano fechado em seu gabinete, analisando com auxiliares a nova versão do projeto de lei orçamentária que o Congresso remeteu, em substituição ao texto anterior, com uma série de

alterações — não só de forma, mas também de conteúdo.

A nova versão mantém a mesma redação anterior — por isso será objeto de todos os vetos mais importantes já aceitos por Sarney — mas modifica os valores de receitas e despesas, sem alterar substancialmente os grandes números. O total de receita e despesa foi reduzido em CZ\$ 625 bilhões, aparentemente corrigindo cálculos errados da versão anterior. Agora, o orçamento será de CZ\$ 119,74 trilhões (a preços corrigidos para 1989), ante CZ\$ 120,37 trilhões anteriores.

O maior corte — CZ\$ 1,14 trilhão — foi feito pelo Congresso no orçamento das operações oficiais de crédito, que teve reduzida a projeção de retorno das suas aplicações, atendendo à ponderação da Seplan. A receita do Tesouro sofreu uma redução de apenas CZ\$ 291 mil, na rubrica de receitas de capital. O Congresso aumentou em CZ\$ 285,4 bilhões a receita de operações de crédito interno e reduziu em CZ\$ 205,4 bilhões a receita de créditos externos.

Pelo lado das despesas, o Congresso aumentou em CZ\$ 7,06 bilhões os gastos da Câmara dos Deputados e fez um corte de CZ\$ 5,7 bilhões na Presidência da República e outro de CZ\$ 5,2 bilhões no Ministério da Previdência e Assistência Social. Houve também um corte de CZ\$ 3,5 bilhões nos encargos gerais da União e de CZ\$ 11,9 bilhões na reserva de contingência. A nova versão aumenta ligeiramente as despesas dos ministérios dos Transportes, da Ciência e Tecnologia e da Habitação e Bem-Estar Social.